



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO V

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** E

_____.

Contrato nº ____/2.013.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito - Interino, o Sr. **PAULO ROBERTO BEARARI**, Prefeito Municipal, brasileiro, solteiro, RG nº 33.926.468, CPF/MF nº 311.209.428-02, doravante denominada **Contratante**, e de outro lado a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **Contratada**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde – RSS que estejam sob a responsabilidade da Prefeitura – Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, se houver interesse da administração, conforme especificações descritas no Edital do Pregão Presencial nº ____/2013 e na proposta comercial apresentada pela contratada.

1.1.1 - O objeto do contrato deverá ser executado de acordo com o Projeto Básico, com o objetivo de transportar os resíduos com segurança ao seu tratamento adequado, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente em conformidade com as legislações ambientais pertinentes.

1.1.2 – A contratada deverá estar devidamente licenciada pela CETESB, Vigilância Sanitária Municipal e Licença de Operação, bem como no CREA.

1.1.3 - A contratada deverá transportar os resíduos em locais devidamente licenciados pela CETESB e com apresentação da PPRA (NR9), sendo que a destinação final se dará de acordo com cada resíduo.

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 - A **Contratada** obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

2.2 - Dá-se ao presente contrato o valor mensal de R\$ ____ (_____), perfazendo o valor total de: R\$ ____ (_____) para o período de 12 (doze) meses.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

2.3 - Nos preços propostos estão inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos relacionados com o fornecimento do objeto deste contrato.

Cláusula 3ª - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O fornecimento do objeto iniciar-se-á da data do recebimento da Ordem de Serviço (OS) com respectivo número de empenho, que será encaminhada pela Secretaria interessada.

3.2 – A contratada deverá proceder a execução dos serviços, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, mediante Ordem de Serviço (OS), por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de Birigui.

3.3 – O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, e poderá ser renovado, se houver interesse da Administração.

3.4 – As despesas com a execução do objeto serão por conta da contratada.

Cláusula 4ª - DA EXECUÇÃO E PRAZOS

4.1 – A equipe de coleta deverá ser formada por funcionários totalmente treinados e equipados com Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, com apresentação da CIPP e CIU, satisfazendo as exigências da Vigilância Sanitária e NR32.

4.2 – Os serviços deverão ser iniciados com a presença de um funcionário de cada unidade gestora que acompanhará e fará a aferição das coletas e da pesagens, assinando as planilhas de coleta, em duas vias, que servirá como método de medição dos serviços executados pela licitante vencedora.

4.2.1 – A pesagem deverá ser executada no local, com balança apropriada, a ser utilizada somente para este serviço. As embalagens contendo os resíduos serão pesadas por unidade e após a pesagem totalizada, contendo todas as coletas e feita a anotação dos dias.

4.3 – Os resíduos deverão ser transportados em veículos de propriedade da licitante vencedora, que seguirão diretamente à destinação final e recebendo o tratamento específico determinado pelos técnicos responsáveis pela plataforma de tratamento de resíduos de saúde.

4.3.1 – É de total responsabilidade da licitante vencedora do certame sobre os resíduos coletados e armazenados nos veículos, quanto ao tratamento específico pelos mesmos.

4.4 – O veículo a ser utilizado para a execução dos serviços deverá ser novo, totalmente licenciado e assegurado de acordo com as normas de trânsito vigentes, e preparado para o transporte de acordo com a Vigilância Sanitária, constando em lugar visível o nome da empresa coletora (endereço e telefone) e a especificação dos resíduos transportáveis, com o número e código estabelecido na NBR 7.500 e NBR 8.286 e Resolução nº 3665 de 04/05/2011.

4.4.1. - O compartimento de cargas provido de ventilação adequada, apresentando as seguintes características em seu interior: superfícies lisa, de cantos arredondados, permitindo melhores condições para higienização, com vedação total para não permitir vazamentos de líquidos contaminados. Todo veículo em conformidade com as legislações, portam em seu interior equipamentos auxiliares (pá, rodo, sacos plásticos de reserva e solução desinfetante) para auxílio emergencial em sua necessidade.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

4.5 – O método de tratamento dos vários grupos de Resíduos de Serviços de Saúde, deverá estar em atendimento as legislações e aqueles determinados pela Resolução “CONAMA” nº 358, de 29/04/2005 e Resolução “ANVISA” RDC nº 306, de 07/12/2004.

Cláusula 5ª - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Serão rejeitados os serviços prestados com especificações diferentes das constantes neste contrato, devendo corrigir na forma e prazos definidos no item 5.2 abaixo.

5.2 - Constatadas irregularidades no serviço prestado, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando nova execução nos moldes do edital ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Cláusula 6ª - DA GESTÃO

6.1- Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores do presente contrato os Senhores **Maria Helena Martins Yavawa** – Diretora do Departamento de Vigilância e Epidemiológica, **Maria Rita Aguirre Monteiro** – Diretora do Departamento de UBS's e Pronto Socorro e **João Lucas Ernica** – Supervisor de Saneamento, lotados(as) na Secretaria de Saúde, ou outros que venham substituí-los para fiscalizar a prestação de serviços objeto deste contrato.

Cláusula 7ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

7.1 - A **Contratada** fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com Ordem de Serviço (OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à Contratada, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

Cláusula 8ª - DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a execução dos serviços mensalmente, mediante a documentação (Nota Fiscal Eletrônica) **acompanhada do Certificado de Tratamento dos Resíduos, emitido com todas as informações sobre os serviços prestados**, e dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número dos respectivos empenhos de acordo com a Ordem de Serviço, além dos dados bancários, tudo sem quais-



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

quer rasuras ou emendas.

8.2 - O pagamento será através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da CONTRATADA, junto ao Banco _____ – Agência _____ – C/C nº _____.

Cláusula 9ª - DOS RECURSOS

9.1 - Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta das dotações:

nº 02.10.01 – 10.301.0047.2.096/3.3.90.39.00 – Ficha 425 – Secretaria de Saúde – Fundo Municipal de Saúde.

Cláusula 10ª - DA CAUÇÃO

10.1 - Para garantia da execução do contrato, a Prefeitura exigirá, antes da assinatura do contrato, que a contratada caucione, em favor da Prefeitura, a importância correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global contratado e pelo prazo de vigência do contrato, nos termos do art. 56, § 1º e §3º da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, ou seja, a Caucionante poderá optar por uma das seguintes modalidades:

10.1.1 - em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

10.1.2 - por seguro garantia;

10.1.3 - por fiança bancária.

10.2 - A garantia prestada pela contratada será liberada e restituída após a expiração da vigência do contrato; e, quando em dinheiro será devolvida atualizada monetariamente.

10.3 - Para solicitar a devolução da caução, a contratada deverá protocolar na Seção de Protocolo, na Rua Oswaldo Cruz, 146, Centro, requerimento com a apresentação da 1ª via do recibo.

10.4 - O seguro-garantia deverá conter nas condições especiais a seguinte ressalva: “Para todos os efeitos desta cláusula, não se observa o disposto no item 9.2 das condições gerais (Circular Susep No. 232 de 03 de junho de 2003), tendo em vista o que estabelece o inciso III do art. 80 da Lei No. 8.666/93”.

10.5 - A fiança bancária deverá conter:

10.5.1 - Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;

10.5.2 - Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

10.5.3 - Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

Cláusula 11ª - DAS PENALIDADES E MULTA

11.1 - A CONTRATADA, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e neste contrato e das demais cominações legais.

11.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo de 03 (três) dias da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a, sem prejuízo das demais sanções previstas, a multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.3.1 – advertência;

11.3.2 - multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ou no caso de cumprimento irregular;

11.3.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

11.3.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 11.3.3 desta cláusula.

11.3.5 - as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

11.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 11.3, subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;

11.3.5.2 - da sanção estabelecida no item 11.3, subitem 11.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena.

11.4 - O atraso injustificado da entrega do objeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de 5% e juros de mora de 0,03% ao dia, até o limite de 5%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.5 - Tudo o que for executado incorretamente, e portanto não aceito, deverá ser refeito nos moldes da especificação correta, no prazo previsto no item 4.3 do contrato;



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

11.5.1 - a não ocorrência correção do serviço prestado em desacordo com às especificações no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 10.3 deste contrato.

11.6 - As sanções previstas nos itens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

11.7 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

11.7.1 - não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor poderá ser cobrado judicialmente, ou inscrito em dívida ativa.

Cláusula 12ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

12.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

12.1.2 lentidão na execução dos serviços, levando a **Administração** a presumir a não execução nos prazos estipulados;

12.1.3 paralisação da execução sem justa causa e prévia comunicação;

12.1.4 subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da **Contratada** a terceiros;

12.1.5 decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **Contratada**;

12.1.6 ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

12.1.7 alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

12.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **Prefeitura** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

Cláusula 13ª - DIVERSOS

13.1 – Durante a vigência do contrato, os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, de acordo com o disposto no artigo 28, § 3º, inc. III da Lei Federal nº 9.069/95;

13.1.1 - Decorrido o prazo da execução do contrato e, caso haja interesse da Administração na renovação contratual, os preços poderão ser reajustados, desde que requerido pela Contratada, utilizando-se o índice IPCA – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, tomando-se por base o mês de início da prestação dos serviços.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

13.2 – Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 14ª - DO AMPARO LEGAL

14.1- O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº __/2.013, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 15ª - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

15.3 - Prefeitura de Birigui, aos _____ de _____ de dois mil e treze.

PAULO ROBERTO BEARARI
Prefeito Municipal - Interino

Contratada

ANDRÉA BENVENUTA ANTÔNIO
Secretária de Saúde

JULIANA MARIA SIMÃO SAMOGIN
Procuradora Geral do Município
OAB/SP – 164.320

= T E S T E M U N H A S =

RG:

RG: